

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Da Sra. PROFESSORA GORETH)

Dispõe sobre a regulamentação da bonificação regional nos processos seletivos de ingresso em instituições federais de ensino superior, nos limites estabelecidos, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a bonificação regional para estudantes nos processos seletivos de ingresso em instituições federais de ensino superior, permitindo a aplicação de um acréscimo na nota final do candidato de até 20% (vinte por cento), conforme regulamento da instituição de ensino.

Art. 2º A bonificação regional poderá ser aplicada nos processos seletivos das universidades federais, observando-se os seguintes critérios:

I - Será destinada a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou privadas localizadas na região de abrangência da instituição de ensino superior;

II - O percentual de bonificação será definido por cada instituição, respeitando o limite máximo de 20% (vinte por cento);

III - A aplicação da bonificação não excluirá os demais critérios de ingresso previstos nas legislações vigentes.

IV - Poderá ser utilizada em regiões onde há comprovadamente um índice de aprovação elevado de estudantes de outras regiões, resultando na redução da inserção de candidatos locais;

V - Deverá ser aplicada em cursos onde haja um índice elevado de pedidos de transferência por parte de estudantes de outras regiões,



demonstrando que muitos apenas ingressam na universidade para posteriormente buscar novas vagas em outros estados;

VI - Será priorizada em regiões que apresentem histórico de dificuldade na permanência de profissionais essenciais, como médicos, professores e engenheiros, buscando fortalecer a formação e fixação desses profissionais no local.

VII - Levará em consideração o fator amazônico ou disparidades sociais na localidade de abrangência da instituição de ensino superior, visando reduzir desigualdades estruturais na educação e acesso à formação acadêmica.

Art. 3º A bonificação regional tem como objetivo fomentar a inclusão de estudantes locais nas universidades da região, promovendo a permanência de profissionais qualificados e a redução das disparidades educacionais entre as diferentes regiões do país.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa consolidar a bonificação regional como um instrumento de equidade nos processos seletivos das instituições federais de ensino superior, com especial atenção para regiões historicamente desfavorecidas, como a Amazônia.

Os indicadores educacionais revelam desigualdades significativas entre as regiões brasileiras. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), estados do Norte apresentam os piores índices no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com médias consideravelmente inferiores às do Sul e Sudeste. Ademais, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que menos de 15% da população da Região Norte possui ensino superior completo, enquanto no Sudeste esse percentual ultrapassa os 25%. Além dos históricos índices como às altas taxas de analfabetismo, principalmente em áreas rurais e entre



populações indígenas, às altas taxas de distorção idade-série, além da falta de acesso a escolas de qualidade e a professores qualificados, o que prejudica o desenvolvimento educacional da população local.

O fator amazônico impõe desafios adicionais ao acesso e à permanência no ensino superior. A precariedade da infraestrutura educacional, as distâncias geográficas e as condições socioeconômicas desfavoráveis dificultam a preparação dos estudantes locais para concorrerem em igualdade com candidatos de regiões mais desenvolvidas. O resultado é a composição majoritária de estudantes de fora nas universidades amazônicas, que, após se formarem, deixam a região, perpetuando o déficit de profissionais qualificados, especialmente na área da saúde, como a medicina.

A bonificação regional já é aplicada por algumas universidades, como a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), mas encontra desafios judiciais sob a argumentação de afronta ao princípio da isonomia. Entretanto, esta premissa é equivocada. A isonomia pressupõe tratamento igual a todos, mas não se sustenta em contextos estruturalmente desiguais. A equidade, enquanto fundamento jurídico e político, exige medidas compensatórias para garantir oportunidades reais a todos os indivíduos. A simples aplicação de um critério uniforme de seleção ignora as desigualdades pré-existentes e reforça a exclusão de grupos historicamente marginalizados.

Já é hora de o Brasil deixar de tratar diferentes de forma igual, a fim de alcançar uma democracia madura e sustentável, que trata diferentes de forma diferente, buscando a dignidade e o desenvolvimento de todos. A proposta deste projeto representa um passo importante nessa direção, para o desenvolvimento legítimo e isonômico do ponto de vista concreto, principalmente às Pessoas afetadas pelas desigualdades estruturais, respeitando suas particularidades e promovendo políticas públicas eficazes e sustentáveis.

Dessa forma, o presente Projeto de Lei busca corrigir esta distorção, garantindo a manutenção da bonificação regional dentro dos limites definidos, como um mecanismo legítimo de promoção da equidade educacional e do desenvolvimento das regiões menos favorecidas.



Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta relevante iniciativa.

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2025.

Deputada PROFESSORA GORETH

